



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

PROINFÂNCIA E SEUS DISCURSOS: NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO DE TEXTO

Maria Ignez Ferreira Campos; Clarice Estabanez de Chaves Faria; Pedro Spineli;
Vera Maria Ramos de Vasconcellos

Doutoranda UERJ/ProPEd; mariaignez66@gmail.com; Mestranda UERJ/ProPEd; clarice_faria@yahoo.com.br;
Bolsista UERJ/ProPEd; pedro.spineli23@gmail.com; Professora Titular UERJ/ProPEd;
vasconcellos.vera@gmail.com

Resumo: O presente trabalho é parte das discussões e reflexões realizadas no Núcleo de Estudos da Infância: Pesquisa & Extensão, que se insere na Linha de Pesquisa Infância, Juventude e Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O objetivo central do texto é apresentar alguns elementos do contexto da produção de texto sobre o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) e compreendê-lo como uma das ações previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação. Instituído pela Resolução 6, de 24 de abril de 2007, o Proinfância tem a finalidade de prestar assistência técnica e financeira ao Distrito Federal e a municípios para construção de creches e na aquisição de equipamentos e mobiliários para a Educação Infantil e assim ampliar a oferta de vagas nesse nível de ensino na rede pública. A abordagem teórica escolhida foi o ciclo de políticas - *policy cycle approach* que propõe uma análise das políticas num processo histórico, dialógico e plural. Este artigo analisa, a partir do texto da política estudada, o contexto da produção do texto e busca compreender alguns elementos do texto da política, que de um lado promove o discurso oficial em prol do compromisso de todos pela qualidade da educação e, de outro, evidencia a obrigatoriedade da Educação Infantil para as crianças de 4 e 5 anos, por força da Emenda Constitucional 59 (2009) e da Lei 12.796 (04/04/2013), que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96). Preocupa-nos como ficarão essas edificações frente às novas gestões nas prefeituras.

Palavras-Chave: Proinfância; Educação Infantil; Ciclo de Políticas.

INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios brasileiros, nas últimas décadas, tem sido garantir que todas as crianças na faixa etária da Educação Infantil tenham acesso à escola de qualidade e nela permaneçam¹. Com isso cresce a importância do investimento educacional nos profissionais da Educação Infantil e a necessidade de criação de oportunidades de formação inicial e continuada para o crescimento profissional dos mesmos (AQUINO; LOBO; VASCONCELLOS, 2013).

Nessa direção, as dimensões que constituem o eixo do trabalho com a criança de 0 a 5 anos: educar/cuidar/brincar, entendidas como dimensões integradas da prática profissional em Educação Infantil, são contempladas nas discussões e reflexões realizadas no Núcleo de Estudos da Infância: Pesquisa & Extensão (NEI:P&E), que se insere na Linha de Pesquisa

¹ http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizes_curriculares_consolidado.pdf.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Infância, Juventude e Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ), inclusive o PROINFANCIA².

Ao analisar o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – PROINFÂNCIA, lançado em 2007 pelo governo Federal e até agora, incluído no Plano de Aceleração do Crescimento – PAC 2, poderemos entender melhor a questão da ampliação de vagas para a Educação infantil. Trata-se de uma política pública cujo objetivo foi ampliar a oferta de vagas na Educação Infantil (creches e pré-escolas) no Distrito Federal e nos municípios, visando garantir a construção de prédios e proporcionar à sociedade uma melhoria da infraestrutura da rede física escolar para as crianças pequenas.

Este programa completa o Plano Nacional de Educação (26/06/2014) para o decênio 2014-2024, que é um desdobramento do compromisso assumido pelo Brasil nos acordos internacionais referente à expansão e aprimoramento da educação da primeira infância, especialmente para as crianças mais vulneráveis e desfavorecidas econômica e socialmente. O PROINFANCIA pretende facilitar a acessibilidade dessas crianças à Educação, enfatizada nos acordos internacionais; dentre eles, presentes nos documentos do Banco Mundial (1995, 1999, 2002); no Programa de Promoção das Reformas Educativas na América Latina (PREAL, 2004); a Declaração de princípios da Cúpula das Américas (2001); e os documentos do Fórum Mundial de Educação (Dacar, 2000).

A compreensão das políticas para a Educação Infantil no Brasil, seus postulados, diretrizes e programas diante do contexto globalizado, vai para além da realidade meramente brasileira. Algumas organizações internacionais, como o Banco Mundial (BM), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), são agências que exercem influência no processo de criação de políticas nacionais. Desta maneira, expõem conflitos de interesses, além dos arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e o desejo da sociedade como um todo.

A partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/1996 foi possível perceber um movimento de reformas políticas e econômicas no Brasil que influenciaram as políticas educacionais, em especial as municipais. Ao mesmo tempo em que se assistia a implementação de reformas políticas fundadas na Constituição Federal de 1988, adotavam-se políticas que estabeleciam nexo entre a elevação dos padrões de desempenho

² ProInfância foi instituído pela Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007. Faz parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE/MEC). Disponível em <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-proinfancia>



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

educativo e a crescente competitividade internacional nos padrões neoliberais (VASCONCELLOS, 2015).

Ao discutir as reformas promovidas durante o segundo mandato do governo Lula, Voss (2011) destaca que “a publicação sistemática de planos nacionais tem sido uma tendência e uma estratégia política adotada pelo Ministério da Educação (MEC), desde a última década do século XX” (p.44). Esses documentos até aqui, facilmente disponibilizados, buscam “legitimar o discurso oficial a favor das reformas no campo da Educação” (VOSS, 2011, p.44).

Nesse contexto, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação são algumas das políticas instituídas no ano de 2007 no intuito de promover as reformas urgentes e necessárias. O Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), instituído pela resolução nº 6, de 24 de abril de 2007, integra as ações previstas pelo MEC, através do Plano de Desenvolvimento da Educação. Desta forma, foi compreendido como principal ação do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE)⁴ e tem por objetivo prestar assistência técnica e financeira ao Distrito Federal e a municípios para construção de creches e na aquisição de equipamentos e mobiliários para a educação infantil, tendo em vista a garantia do acesso de crianças nesse nível de ensino na rede pública.

Nessa perspectiva, este trabalho toma por referencial teórico o ciclo de políticas (*policy cycle approach*), de Stephen Ball, Richard Bowe e Anne Gold (1992), para compreender a dinâmica relacional das políticas públicas implementadas nesse período, em especial o Proinfância, observando a sua manutenção como política de Estado em interlocução direta com municípios que se fizeram parceiros.

O ciclo de políticas (*policy cycle approach*) oferece uma forma própria de análise às políticas educacionais existentes e propõem que a análise se dê em três contextos: (i) de influência, (ii) da produção do texto da política e (iii) da prática³. Sem fragmentar ou hierarquizar os fatos e sim enfatizando as interdependências, multifacetadas, disputas e embates que a todos atingem de forma dinâmica e, por isso, não linear; as políticas públicas são entendidas como decisões que afetam a todos, tomadas por personagens e municípios distintos, a partir de pressupostos políticos nem sempre explícitos. Este artigo analisa, a partir

³ Além desses, em 1994, Ball expandiu o ciclo criando mais dois: (iv) o contexto dos efeitos/resultados da política e, por fim, (v) o contexto da estratégia política que não serão abordados aqui.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

do texto da política estudada, o contexto da produção do texto, ou seja, buscamos compreender alguns elementos do discurso e do texto da política.

METODOLOGIA

Ball, Bowe & Gold (1992) propõem um referencial analítico, um método para pesquisar políticas públicas educacionais por meio do estudo das relações entre diferentes contextos da política: ciclo de políticas. A abordagem do ciclo de políticas contempla “o espaço escolar e o social como espaços de produção de sentidos sobre as políticas, de criação e recriação das políticas oficiais” (MAINARDES e GANDIM, 2013, p.150). Desta forma, entendemos que as políticas não são apenas elaboradas/implementadas por um governo, um município, algumas pessoas. Elas são além de criadas/elaboradas, interpretadas e (re)significadas pelos grupos (neste caso municípios) que delas se apropriem em unidades próprias. Assim cada município que se tornou parceira nesta proposta, apresentou novos contornos, envolvendo autores diferentes nos diferentes níveis de produção desta política, tanto quanto os que inicialmente, as idealizaram. Sendo assim, estudar esta política é compreendê-la com seus múltiplos participantes dentro de um processo histórico, cultural e dialógico. Principalmente, em um momento político de transição, onde novas projetos serão apresentados às diferentes prefeituras, inclusive aquelas que edificaram, unidades de Educação Infantil, através do PROINFANCIA.

As novas prefeituras estarão produzindo novos textos voltados para a Educação de seus pequenos. Esses textos serão campo da elaboração de ideias, textos, documentos e propostas oficiais, enquanto representações codificadas e decodificadas sujeitas a influências legítimas ou mais ou menos legítimas da população local. De acordo Ball (1992), tanto o texto da política, quanto os respectivos autores e leitores têm histórias que interferem nessas representações. Para o autor (2011), o poder do texto como política aparece na historicidade dos sujeitos que ali estão e que por ele serão afetados. Dessa forma, os documentos oficiais quase sempre procuram agregar, em si, significados diferenciados, até mesmo contraditórios. Observá-los no processo de sua elaboração é acompanhar a produção de sentidos diversificados, que precisarão ser aceitos pela comunidade local, como representativa de seus desejos e necessidades. Influenciar a elaboração de tais documentos é buscar evitar a produção de significados dúbios, para que eles sejam autênticos representantes de uma orientação política ou de um respeito à vontade da comunidade local.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Assim, “embora caracterizado com um tom prescritivo [...]os textos da política dão margem a interpretações e reinterpretações, gerando, como consequência, atribuições de significados e de sentidos diversos em um mesmo termo.” (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005)

Ball (1994) argumenta que a política é, ao mesmo tempo, texto e ação. Os interesses envolvidos apresentam forças muitas vezes ocultas e invisíveis. Por isso, as políticas não são implementadas e recebidas, elas tomam força à medida que todos os participantes compreendem os textos e dão a eles novos significados, resultantes de suas recriações nos diversos contextos em que atuam. Por esta razão esta artigo busca observar onde ficará a edificação do PROINFANCIA no discurso pedagógico, construídos em quatro prefeituras municipais, do estado do Rio de Janeiro, já que no projeto original do PROINFANCIA não há nenhuma item, que obrigue os novos prefeitos a manter àquelas edificações atreladas às propostas pedagógicas voltadas à criança pequena (0 a 5 anos).

Através da abordagem do ciclo de políticas, buscaremos focar a análise da política educacional de cada uma das quatro prefeituras, considerando a formação do discurso da política e da interpretação dada a ela pelas pessoas que irão relacionar os textos da política com a sua aplicação prática, isto é, os novos prefeitos e seus Secretários de Educação. Isso significa que as falas ou os discursos dos atores a serem considerados devem levar em consideração a sua vinculação com a política pública e, portanto, a compreensão dos:

[...] discursos sobre o que pode ser dito e pensado, mas também sobre quem pode falar, quando e com que autoridade. Discursos estabelecem relações de significados sociais, que constituem as relações de subjetividade e poder. Discursos são práticas que sistematicamente formam os objetos de que eles falam (BALL, 1992, p. 2).

Ball e colaboradores(1992,p.32) deixa claro que “interpretação é uma questão de disputa”. Uma vez que cada interpretação de um documento se relaciona com determinado interesse e como são diversos os interesses em jogo, quando uma prefeitura se instala, haverá sempre a possibilidade de diferentes interpretações sobre as políticas já existentes (ex. O PROINFANTIL) e as que serão inauguradas. Em conformidade com o pensamento de Ball (1994, p.22), “as políticas são sempre um processo de vir a ser”. Entendemos que os autores das políticas não têm como controlar todos os sentidos que lhes serão atribuídos. É no contexto da prática, neste caso as unidades construídas, que os sentidos atribuídos aos textos políticos terão consequências reais, que levarão a interpretações e recriações, podendo introduzir mudanças de destino para essas edificações ou resistências locais relevantes à nova política oficial.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Ball (2001) enfatiza que os textos políticos são o resultado de uma série de negociações, de várias influências e diversos interesses, pois durante o processo de construção, algumas vozes são legitimadas e ouvidas, outras não. Para analisar melhor essa concepção, Ball e Bowe (1992) dizem que o texto político pode ser texto e discurso. Assim, quando analisarmos as propostas políticas educacionais das novas gestões, precisaremos, inicialmente perceber se são elas textos *writerly* (escrevível)⁴ e *readerly* (prescritivo). Isto é se os textos *readerly*, são apresentados de uma forma linear, tradicional, familiar, com significado fixo e pré-determinado ou textos *writerly* abertos e que convide e instigue o leitor a fazer parte do processo de forma crítica, tornando-se co-autor do processo de produção.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. O Proinfância e a construção do texto das políticas educacionais

No ano de 2007 o governo federal instituiu uma série de políticas / Decretos no intuito de promover reformas no sistema educacional em todos os níveis e modalidades de ensino (VOSS, 2011). O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto 6.094/2007), promulgados simultaneamente, apresentaram e iniciaram as ações e reformas consideradas necessárias à qualidade da Educação, que se relacionava com a visão defendida na apresentação do PDE/07.

Junto aos textos há o regime de colaboração previsto na Constituição Federal de 1988 (Art. 211) e regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), que fundamenta as ações e programas previstos entre os entes federados. O PROINFÂNCIA, enquanto ação do PDE foi planejada e dirigida especificamente à educação infantil (SAVIANI, 2007). A adesão ao Plano de Metas Todos pela Educação e a elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR) constituíram-se como condição inicial para que os entes federados se beneficiassem do programa.

O compromisso pela melhoria da qualidade da educação foi consolidado no Plano de Metas Todos pela Educação e na elaboração do PAR (Plano de Ações Articuladas) de cada ente federado mediante adesão voluntária, pré-requisito indispensável para se beneficiar dos programas e ações do MEC previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação.

Sobre esse compromisso e os discursos oficiais, Voss (2011, p.62) alerta que:

⁴ A tradução 'escrevível' e 'prescritivo' foi dada pelo autor Mainardes (2007), que tentou uma aproximação ao significado de cada palavra. Cabe aqui uma explicação gramatical para aprofundar a tradução dos termos, que em Barthes (1992) *writerly* vem da palavra *writer*, que significa escritor e *readerly* vem de *reader*, que significa



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Os discursos oficiais pretendem, assim, seduzir e responsabilizar os sujeitos, definir suas identidades e práticas políticas, correspondendo às regras do “Compromisso” e produzindo os efeitos esperados. É preciso que os sujeitos sintam-se seduzidos e implicados na produção dessa política, para que possam organizar suas práticas pela “via democrática” que concebe cada um e todos como responsáveis diretos pelo alcance dos resultados estipulados. Os regimes de verdade produzidos pelo discurso oficial são assim constituídos: a qualidade da educação só pode ser alcançada pelo compromisso de todos; qualidade da educação que segue a via empresarial; compromisso que cria uma trama de relações de controle sobre as ações de cada um dos sujeitos identificados como responsáveis.

Não obstante os discursos oficiais em prol da qualidade, Nunes et al. (2012), em relatório de pesquisa acerca do Proinfância, aponta que a Emenda Constitucional 59 (2009) foi mencionada por diferentes secretarias municipais como o principal motivo à adesão ao programa, evidenciando, assim, que a oferta da Educação Infantil constitui-se num grande desafio para os municípios brasileiros.

Em 2011, o PROINFÂNCIA foi incluído na segunda fase do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC2). Naquele cenário, a democratização da educação infantil constituía-se com um dos principais focos das políticas educacionais. O programa surge da necessidade de ampliação das vagas de creches para atender a Meta não cumprida e prevista no Plano Nacional de Educação – PNE 2001-2010 (Lei n.10.172/01), que apontava como meta a matrícula de 50% das crianças de creche e de 80% daquelas em idade de pré-escolar até o final da década. A partir da Emenda Constitucional 53/2006 - EC 53/2006, que incorpora ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, a Educação Infantil, a etapa destinada à faixa etária de 0 a 3 anos tornou-se um investimento ainda difícil para os gestores municipais (PINTO, 2009). Porém, em meio as novas demandas existentes em torno das questões da Educação Infantil a partir da nova Lei 12796 (04/04/2013), que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) impactando as políticas públicas de Educação Infantil, isolando e deixando a criança de 0 a 3 anos fora da obrigatoriedade e do cuidado com a qualidade da Educação, muitos municípios não terão como arcar com essa etapa da Educação Básica. A questão que fica é como as novas prefeituras vão se comportar frente as edificações do PROINFANCIA ?

O impasse promovido pela emenda constitucional nº 59 (11/11/2009) que em seu inciso I, do artigo 208, que ampliou a obrigatoriedade da educação básica para as crianças 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, com ela e a Lei Nº 12796 de 04/04/2013, a partir de 2016, todos os municípios terão que matricular as crianças de 4 e 5 anos, o que acaba por se

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

constituir em ameaça às de até 3 anos, que poderão deixar de serem vistas como de responsabilidade do sistema público municipal. Tal alteração desconsidera todos os anos de luta e da conquista de termos toda a Educação Infantil (creche e pré-escola) sob a responsabilidade da Educação.

Portanto, a observação dos elementos do discurso e do texto das novas políticas educacionais a serem implementadas a partir de 2017, nos 4 municípios estudados nos fornecerá elementos para uma análise crítica e o acompanhamento atento de possíveis mudanças.

Para tanto, a primeira modalidade de análise será para avaliar qual o estilo de textos: *readerly* ou *writerly* que serão produzidos. É importante salientar que esses textos serão produtos de acordos políticos partidários ou dialogados com a sociedade envolvida. O segundo momento será avaliar se tais produções (Propostas Políticas Educacionais Municipais) apresentadas na campanha de eleição as prefeituras serão mantidas ou modificadas, a partir da escolha da/o Secretário Municipal de Educação. Por entendermos que antes de “serem aplicadas”, as propostas políticas são interpretados pelas histórias de cada gestor e sua equipe, seus compromissos e (re)significações. Assim sendo, acreditamos que a política como discurso pode privilegiar algumas vozes, não importando o que outras pessoas dizem ou pensam, apenas algumas vozes passam a ser ouvidas como significativas.

De acordo com Lopes (2006), os efeitos das políticas como textos e como discursos são contextuais e podem estabelecer constrangimentos, à medida que são múltiplos os produtores de textos e discursos. Dentre eles, as edificações do PROINFÂNCIA e a relação entre as instâncias - federal e municipal – além de terem poderes diferenciados, nos diferentes momentos políticos, passam por transformações, muitas vezes radicais, nas trocas de gestão, produzindo múltiplos sentidos e diferentes significados próprios às disputas políticas.

Para pensarmos esses contextos, é interessante buscar a contribuição de Vygotsky (2001, p. 481) que afirma: “para entender o discurso do outro, nunca é necessário entender apenas umas palavras; precisamos entender o seu pensamento. Mas é incompleta a compreensão do pensamento do interlocutor sem a compreensão do motivo que o levou a emití-lo”. Assim, o entendimento da produção dos textos das Propostas Políticas Educacionais, dos diferentes municípios e os modos de suas elaborações serão analisadas a partir dos documentos oficiais e de entrevistas com o/as novas Secretarias de Educação. Pois, segundo Ball (1992), o modo como as relações com e entre os sujeitos envolvidos na elaboração do texto são considerados e articulados vai proporcionar e identificar os sentidos atribuídos, os interesses, os conflitos e as angústias.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Nesse sentido, o lugar reservado a edificação PROINFÂNCIA, nas novas Propostas Políticas Educacionais, de cada município, nos permitirá observar a legitimação do discurso oficial e a relação das visões de Educação do Estado e os entes federados a favor das reformas no campo educacional em prol da qualidade da educação. Poderemos observar também as mobilizações e responsabilizações sociais por parte dos profissionais da Educação Infantil, desses municípios, na garantia das condições necessárias para manter e/ou alcançar a qualidade desejada de Educação para as crianças de até 5 anos.

CONCLUSÕES

Entender que a elaboração da proposta do PROINFÂNCIA sofreu influências de muitas ordens é entender que as representações políticas são resultados de disputas e acordos, pois diversos grupos competem para controlá-los. De igual modo, entendemos que as novas propostas políticas educacionais, nas novas gestões serão retrabalhadas e aperfeiçoadas (ou não) e, portanto serão mais uma vez nexos de influências e interdependências, como apontado por Stephen Ball.

Os textos de as políticas educacionais observados a partir do *ciclo de políticas* de Ball, Gold e Bowe (1992e 1994) exigem uma pluralidade de leituras em razão da pluralidade de proponentes e diferentes leitores. Assim, os textos são produtos de múltiplas influências e agendas, e sua formulação envolve intenções, negociações e disputas do processo de formulação de políticas. por esta razão nos parece bastante relevante observar o processo, onde algumas influências e agendas serão reconhecidas como legítimas e apenas algumas vozes são ouvidas. - Será que nesse processo as edificação do PROINFANCIA seguirão comprometidas com a qualidade e a ampliação da educação de qualidade para as crianças de até 5 anos, nos municípios estudados ?

É interessante perceber como Ball (1994) traduz essa apropriação do que está expresso na política e o que realmente as pessoas que estão nas diversas “arenas” entenderam sobre ela nos vários contextos e nos diferentes “tempos” por ele formulados. Ball e colaboradores (1992) alertam que os autores das políticas não têm como controlar todos os sentidos que lhes serão atribuídos. Cabe-nos observar a atribuição de diferentes sentidos e a manutenção do movimento dialógico (ou não) em cada município, no que tange à capacidade da nova política de refletir cada contexto, cada história de acordo com a realidade encontrada e a projetada pela nova gestão.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Entendemos que toda política tem efeitos que traduzem, algumas vezes, impactos para as questões sociais no processo da sua implementação. A reinterpretação da política – neste caso o PROINFANCIA - pelos sujeitos que ali estão se torna um movimento que potencializa seu poder de intervenção e participação ativa, no local do seu fazer pedagógico e na política em questão.

Assim, ao olhar para o entendimento da história construída da política estudada (PROINFANCIA) e de seu lugar na nova política educacional que será inaugurada, a partir de 2017, possa trazer elementos para novas reflexões compartilhada com aqueles que fizeram e farão a política educacional de cada município. Pretendemos poder colaborar para a construção de novos estudos sobre o tema e no avanço do entendimento das políticas públicas no campo da Educação Infantil, como instrumento fundamental para a melhoria da qualidade desse nível de ensino.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Lígia Maria Leão de, VASCONCELLOS, V. M. R. QUESTÕES CURRICULARES PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E PNE In: Educação Infantil e PNE: Questões e Tensões para o Século XXI. 1 ed. Campinas : Autores Associados, 2012, v.1, p. 69-82.

BALL, Stephen; BOWE, Richard ; GOLD, Anne. Reforming Education & Changing Schools: case studies in Policy Sociology. New York: Routledge, 1992.

BALL, Stephen J.; BOWE, Richard. Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues. Journal of Curriculum Studies, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

BALL, Stephen J. Education reform: a critical and post-structural approach. Buckingham: Open University Press, 1994.

_____. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. Currículo sem fronteiras, v.1, n.2, p. 27-43, 2001.

_____. Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. Revista Portuguesa de Educação, Braga, v.15, n.2, p. 3-23, 2002. Disponível em: <www.redalyc.org>.

_____. Stephen Ball e a educação (entrevista a Lucíola Licínio de C. P.Santos). Educação em Revista, Belo Horizonte, n.40, p.11-25, dez. 2004.

BALL, Stephen J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. Currículo sem Fronteiras, v.6, n.2, p.10-32, jul./dez. 2006.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (orgs). Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

BARTHES, Roland. S/Z. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1992

BRASIL. (Constituição de 1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Decreto Presidencial nº. 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados. Diário Oficial da União,

(85) 3322-3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Poder Executivo, Brasília, DF, 243 de abr. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Legislação. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 1996a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>.

_____. *Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 29 jul. 2016.

_____. – *Lei Nº 13.005 - PLANO NACIONAL de EDUCAÇÃO (2014-2024)* Diário Oficial da união, Ano, CLI nº 120-A, Acesso em 26/07/2016

_____., Ministério da Educação. *Plano de Desenvolvimento da Educação*. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/index.htm>>

_____. Ministério da Educação. *O Plano de Desenvolvimento da Educação. Razões, Princípios e Programas*. Brasília, DF, MEC, 2007.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE. *Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil/Proinfância*.

_____. *Resolução nº 6, de 24/07/2007, do CD/FNDE, 2007*.

CAMPOS, M. I. F. *O PROINFANTIL no município do Rio de Janeiro: concepções de criança nos Projetos de Estudos*. Dissertação de Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Educação – PROPED/UERJ, 2014.

FNDE. *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programas Proinfância*. Brasília, 2008. Disponível em: www.fnde.gov.br/index.php/programas-proinfancia

FNDE. *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação*. Brasília, 2008. Disponível em: Acesso em 10 de Julho de 2012.

FNDE. *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Municípios que recebem recursos e modelo padrão de escola de educação infantil*. Brasília, 2008. Disponível em: Acesso em 10 de Julho de 2012.

LOPES, Alice C. *Discursos nas políticas de currículo*. *Currículo sem Fronteiras*, v.6, n.2, p. 33-52, jul./dez. 2006.

LOPES, Alice C.; MACEDO, Elizabeth. *Nota Introdutória: reconfigurações nos estudos sobre políticas de currículo*. *Currículo sem Fronteiras*, v.6, n.2, p.5-9, jul./dez. 2006

Lopes, A. C., & Dias, R. E. *Sentidos da Prática nas Políticas de Currículo para a Formação de Professores*. *Currículo sem Fronteiras*, 9(2), 79-99., 2009

MAINARDES, J. ; GANDIN ,L.A. *A abordagem do ciclo de políticas como epistemologia: usos no Brasil e contribuições para a pesquisa sobre políticas educacionais*. In: TELO, César; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de (Orgs.). *Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional*. Campinas: Mercado de Letras, 2013, p. 143-167.

MAINARDES, J.; MARCONDES, M. I. *Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional*. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009.

NUNES, M. F. R. (Coord.). *Políticas de Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro: Proinfância e as estratégias de atendimento a crianças de 0 a 6 anos*, Rio de Janeiro: EIPP, 2015.

PINTO, José Marcelino de Rezende. *A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo*. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 100 -Especial,p877-897,out2007. Disponível em

<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1228100.pdf>> Acesso em 31/07/2016.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

- _____. Perfil da educação infantil no Brasil: indicadores de acesso e condições de oferta. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Política de Educação Infantil no Brasil: Relatório de Avaliação. Brasília: MEC, SEB; UNESCO, 2009.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Organizações multilaterais, Estado e políticas de educação infantil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 115, p. 2563, mar. 2002
- SANTOS, E. C.; NUNES, M. F. R.; FALCIANO, B. T. As Políticas Públicas Indutoras e o Programa Proinfância. In. NUNES, M. F. R. (Coord.). Políticas de Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro: Proinfância e as estratégias de atendimento a crianças de 0 a 6 anos, Rio de Janeiro: EIPP, 2015.
- SAVIANI, Dermeval. O Plano de desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>
- SHIROMA, E. O. ; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, jul/dez. 2005.
- VASCONCELLOS, V. M. R. – Relatório de Pesquisa: Agente Auxiliar de Creche: Educadores da Infância Carioca/FAPERJ - E-26/102.961/2008
- VASCONCELLOS, V. M. R. – Relatório de Pesquisa O Percurso de Agentes Auxiliares e Professores na Creche: da nomeação à construção de uma Pedagogia para a Infância Carioca/FAPERJ –E-26/110.407/2012
- VASCONCELLOS, V. M. R. Políticas Educativas para Crianças de 0 a 3 Anos. *Revista Fractal: Revista de Psicologia (Impresso)* Rio de Janeiro, v. 27, s. 1, p. 68-73, 2015.
- VOSS, Dulce Mari da Silva. O Plano de desenvolvimento da Educação (PDE): contextos e discursos. *Cadernos de Educação*, FaE/PPGE/UFPel, Pelotas [38]: 43 - 67, janeiro/abril 2011. Disponível em < <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1542>>
- VYGOTSKY, L. A construção do pensamento e da linguagem. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.